

POLÍTICAS PÚBLICAS EM MUSEUS DE ITAJAÍ: CRIAÇÃO E DISCURSOS DE MUSEUS NA CIDADE DE ITAJAÍ

Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior¹
Maurício da Silva Selau²

RESUMO: A temática *Políticas Públicas* encontra-se em voga no cenário nacional e do organismo público, compreendendo a profissionalização e a questão dos discursos que são construídos nas práticas administrativas nesses órgãos. A cidade de Itajaí possuiu na sua história a formação de museus que acompanham discursos públicos que demonstram a ideologia e sua aproximação com a sociedade que essas instituições pretendem contextualizar. O artigo pretende, através da construção e do caminhar histórico dos museus da cidade de Itajaí, apresentar os discursos dos gestores públicos que fizeram a administração e gestão dessas unidades culturais e suas interpretações diante desse patrimônio material e imaterial em Itajaí.

PALAVRAS CHAVE: Política Pública, Museologia, Discursos

Introdução

A cidade de Itajaí possui na atualidade dois museus criados, em épocas diferentes e discursos públicos para formação dos mesmos. O presente artigo tentará demonstrar essas formas de discursos e entender de forma resumidamente esse processo e principalmente quais foram as interpretações desse período das legislações e políticas públicas nacional e estadual para essa área em Itajaí durante o período de 1976 a 2008.

Políticas Públicas em Museus: Parâmetros Gerais

Quando é mencionada a palavra política o imaginário social vem de decisões realizadas em quatro paredes sem a participação social, executada no sentido vertical e destinadas a grupos que encontram-se no poder através de vínculos partidários. Dentro desse âmbito o público e privado misturam-se nas decisões que deveriam ser coletivas.

¹ Servidor Público Fundação Genésio Miranda Lins/Prefeitura de Itajaí, Consultor Viés Cultural Museologia & Patrimônio em Imbituba/SC e Professor Universitário Centro Universitário Barriga Verde em Orleans/SC.

² Consultor Viés Cultural Museologia & Patrimônio em Imbituba/SC, Professor Universitário Centro Universitário Barriga Verde em Orleans/SC e Professor de História Colégio São Bento/Criciúma/SC.

No Brasil, os regimes democráticos são intercalados com processos ditatoriais ou de governos centrado a grupos fechados em círculos exclusivos, sem abertura a outros discursos sociais. Historicamente o país foi relegado a essa lógica política, nos breves espaços democráticos o conservadorismo e as falas de progresso com viés nacionalista foram de embates gerando na década de 1960 a culminância no Regime Militar que colocou o país na lógica da industrialização e nas liberdades individuais cerceadas.

Dentro da história republicana em nosso país, grande parte dele foi relegado a não entrada de setores populares da sociedade nas decisões públicas e principalmente de políticas que sejam adequadas a realidade nacional, gerando dessa forma um afastamento da população nos debates e decisões públicas.

Dessa forma não pretendemos realizar um estudo desse imaginário social e sim auxilia em como foram moldadas essas formas de observar, como foram construídas as políticas públicas em nosso país nesse contexto histórico e cultural elucidando para o entendimento desse afastamento social e para quem se remete essas políticas. A cidade de Itajaí não estará desconectada dessa realidade e os discursos públicos elucidam isso principalmente nas fissuras sociais dessa cidade e os intelectuais inseridos nesse processo, nesse sentido Foucault (2004 p. 70) ajuda a pensar isso

[...] Parece-me que a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, “maldito”, acusado de subversão, de imoralidade, etc); em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram recebidas.

Com essa construção de política pública no Brasil, a primeira vez que se projetou algo nesse sentido foi na década de 1930 na cidade de São Paulo com a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura daquele município, construindo formas de análise do material e imaterial e principalmente aliando o discurso acadêmico e popular. Para a época era extremamente inovador esse tipo de abordagem o que ocasionou viagens para o restante do país fora do “eixo dinâmico” (RUBIM, 2007, p. 15).

Com esse processo de uma redescoberta da cultura nacional aliada as idéias da Semana de Arte Moderna de 1922 e tendo como pano de fundo o governo ditatorial de Getúlio Vargas, o país criou legislação e mecanismos de aplicação dessas políticas através do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico Nacional), ícone da proteção do patrimônio pedra e cal. Observando o passar dos anos vários movimento sociais (estudantil, educacional)

tentaram realizar diversos processos de construção de políticas públicas nessa área com exemplos pontuais e sem grande expansão nacional, onde até 1975 (dentro do governo ditatorial) existiu um vazio nessa área.

Com a criação do Plano Nacional de Cultural em 1975 ocorreu reações em duas vertentes, a manutenção do regime militar nos ideais de nacionalidade e a criação de organismos que fizessem a legislação e aplicação das políticas públicas nacionais, criando organismos para manutenção e criação de uma cultura nacional. Contudo, na década de 1990, com a volta do regime democrático e a tentativa de “modernização” do mercado cultural em nosso país, foram inseridas as leis de incentivo a cultura, onde o Estado relegou a iniciativa privada a política pública de cultura.

Somente a partir de 2003 o Governo Federal retomou a discussão de política pública, o que ocasionou a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), que em 2009 tornou-se em instituto, essas duas ações são frutos da Política Nacional de Museus, onde foram criados mecanismos para uma profissionalização na área cultural e os museus não fugiram disso.

Em Santa Catarina, esses discursos e as políticas públicas para área de museus foram feitas de forma análoga no Estado, ora acompanhando o processo nacional, ora afastando-se, contudo, as primeiras políticas de estado para museus em Santa Catarina iniciam-se de forma tardia.

Os primeiros organismos que detém a gestão e controle de gestão cultural no Estado datam da década de 1960, tendo a vinculação com o Governo Estadual diretamente ou indiretamente, são os casos do Conselho Estadual de Cultura e Fundação Catarinense de Cultura. Ambas criadas dentro de uma política oligárquica e centradas em famílias tradicionais, que se alternavam nos rumos da política estadual.

Mesmo nesse rumo o Governo do Estado realizou diversos cursos de capacitação pelo interior de Santa Catarina, que não foi dado seqüência devido as mudanças políticas em nível nacional refletindo também em nível estadual.

Na década de 1990, o governo estadual acompanha a lógica da esfera federal e adota a política cultural de valorização da cultura local com viés turístico, acontecendo a retirada do estado como gestor e relegando essa função para a iniciativa privada. Mesmo assim acontece a criação de gerência para os museus (GEOMU) em Santa Catarina, que continuaria o processo de capacitação, aliado a outros organismos cria-se o Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), que foi referência catarinense para essa ação e sendo usado como exemplo para o programa de capacitação para o governo federal. Uma das ações do GEOMU

foi a criação do Guia de Museus Catarinenses, referência básica e de quantificação dos museus no Estado de Santa Catarina, que só foi suplantado pelo atual cadastro estadual de museus, mas a referência foi esse guia.

Mas esse período foi suplantado pela descentralização da política pública estadual, criando leis de incentivo a cultura que deixam cada vez mais a iniciativa privada a gestão das formas de financiamento dos entes culturais e principalmente a regionalização da cultura estadual. Essas medidas fazem a extinção do GEOMU e principalmente a política de eventos é o cerne desse período.

Com as demandas nacionais (criação do DEMU e após em IBRAM) o governo do estado realizou dois fóruns estaduais e a organização do Sistema Estadual de Museus (SEM/SC), isso ocasiona um novo olhar sobre os museus do estado e demandas que estão sendo levantadas para a profissionalização no Estado. Hoje o SEM/SC está organizando o 3º Fórum Estadual, que poderá renovar a Política Estadual de Museus e construir novos diálogos entre os profissionais, estado e sociedade para uma proposta mais próxima das regiões onde esses museus estão sediados.

Em Itajaí, a aproximação e afastamento das políticas implantadas nos Governos Nacional e Estadual, a abertura de museus na cidade vem de interesses privados, através da lógica do colecionismo, bem como a inserção de intelectuais locais que tinham interesse nessa unidade cultural, bem como o encontro da grande onda de abertura de museus municipais no país.

O crescimento da cidade aliado ao colecionismo existente em Itajaí, o primeiro museu no território municipal demonstram essa demanda, Silveira Junior demonstra essa trajetória

“Estamos na fase dos apartamentos e se tivermos um museu, para lá irão ser encaminhados velhos móveis de inestimável valor, louças, fotografias, até roupas, sem contar documentos e mil e uma preciosidades que, mudando-se para apartamentos ninguém sabe o que fazer com tudo isto.”(1)

Dentro desse contexto a inserção de pessoas da comunidade foi fundamental para a abertura do primeiro museu da cidade, na figura do Sr. João Amaral Pereira tomou para si a abertura de um museu, com os contatos pessoais que ele possuía, conseguiu a aproximação com a Prefeitura de Itajaí, onde na figura do então prefeito Frederico Olíndio de Souza criou a Fundação Genésio Miranda Lins para a gestão dessa ação, criação e manutenção do primeiro museu da cidade de Itajaí.

O discurso fundador da primeira unidade cultural da Fundação Genésio Miranda Lins vem muito referente aos articulistas de jornais e suas colunas bem como o peso histórico que

esse primeiro museu estava sendo demonstrado, novamente Silveira Junior demonstra isso, “[...] cuide da nossa história, da nossa linda cidade, João. Registre em fotos as coisas boas (as procissões as festas), mas registre também os eventos ruins, como as pequenas enchentes da Rua Sete, e ponha no **seu** museu”(2).

Contudo, pós inauguração do então Museu Histórico de Itajaí, no seu primeiro ano vida passou pelo que acontecia no país e devido sua lógica de conservar os grandes vultos públicos a sua mantenedora sofreu com cortes de gastos, o que dificultou sua operacionalização. Esse estado mudou a partir da segunda metade da década de 1990, quando começou a então Fundação Genésio Miranda Lins a ter orçamento e principalmente os concursos públicos, tão necessários para manutenção dos espaços do museu, mesmo que minimamente. Nesse período foi também criado o Arquivo Histórico da cidade, onde começou a expandir a Fundação Genésio Miranda Lins, culminando no início do século XXI a criação de outro museu juntamente com as novas preocupações com a materialidade e imaterialidade em Itajaí.

Análises do Discurso: Identificando Políticas Públicas

O presente artigo tem como finalidade de demonstrar e entender as políticas públicas municipais e como essas diretrizes foram implantadas, e por consequência como os museus da cidade foram criados. O presente artigo tem como objetivo trazer uma releitura dessas unidades culturais e onde os órgãos estatais de Itajaí estiveram criando os seus espaços de memória.

Além disso o estudo tem como finalidade de observar a criação de novos museus sob o olhar teórico da nova museologia no intuito de observar quais são os referenciais das novas unidades museológicas com as que já estavam em funcionamento.

Dentro dessa perspectiva, essa análise é feita dentro do pouco material produzido referente a criação de museus na cidade, para isso a necessidade da criação de uma memória institucional é fundamental para o entendimento dessas unidades culturais. Esse artigo tem como ponto mostrar de forma resumida essa área da cultura e principalmente o entendimento de como isso ocorreu aliado as ações da Fundação Genésio Miranda Lins e Prefeitura Municipal de Itajaí bem com mais uma referência sobre os museus da cidade.

Portanto, o trabalho tem como finalidade demonstrar os diversos vieses da administração pública e suas políticas para essa área no município de Itajaí, bem como para população da cidade.

O método a ser abordado na referida pesquisa será o Comparativo/Correlacional (LAKATOS, 2004), no intuito de analisar as duas estruturas de políticas públicas a nível nacional e municipal. Esse seria o mais adequado para a proposta do referido estudo.

O método comparativo, segundo Markoni e Lakatos (2009, p. 92),

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupo, sociedade ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações para com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento.

A abordagem que será adotada é a qualitativa, devido ao seu enfoque de forma aberta e que abranja o público que participou na elaboração e execução das políticas públicas municipais, em conjunto com os reflexos da comunidade envolvida com tal projeto.

E observando essas duas novas vertentes, abordagem de análise dessas duas situações na gestão dos museus na cidade, faz-se necessário através da sua forma qualitativa onde (MARKONI & LAKATOS, 2009, pág. 269)

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

[...] enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados.

A opção qualitativa se faz devido a proposta de observar não a quantidade das duas ações, mas aquilo que elas traduziram para a cidade e como foram os contatos com as políticas públicas nacionais. Observando o comportamento dos gestores frente a questão museal e principalmente como isso foi transmitido para a sociedade.

A pesquisa possui um viés de observar quais são os discursos que predominam nos livros atas nos dois períodos de gestão (1977 a 2005 e 2005 a 2008) e como foram registradas as ações da Fundação Genésio Miranda Lins no que concerne a política pública para museus.

Para fazer essa análise, o teórico optado foi Michel Foucault, tendo como forma de análise como se constroem discursos e os mesmos são relacionados ao poder; esse último de forma sutil se impõem socialmente. Demonstrando as redes de dominação, trocas e como existem nas várias esferas o discurso, nesse caso (FOUCAULT, 2000, p. 07) auxilia nessa fala.

O desejo diz: "Eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso: não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como destroço feliz". E a instituição responde: "Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém".

A forma como se constroem na sociedade as redes de sociabilidade e poder nas diversas épocas históricas demonstra como o discurso pode mudar conforme a necessidade e como se especializa, como o caso do discurso médico, psicanalítico, acadêmico, dentre outros. Aliado a isso as instituições produzem discursos que podem ser, no mesmo ambiente, contraditórios:

Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material da coisa pronunciada ou escrita: inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina: inquietação de supor lutas e vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (FOUCAULT, 2000, p. 7).

Dentro desse propósito, a análise dos discursos da Fundação Genésio Miranda Lins se ocorreu com base nos livros de atas onde estão registradas as ações planejadas e executadas por esta instituição. Observando os dois modelos de gestão, conseguindo identificar quais são os discursos produzidos por ambos no que concerne a políticas públicas e as relações de poder existentes com os seus homônimos em nível nacional e estadual.

A lógica de crescimento da Fundação Genésio Miranda Lins obedece dois modelos claros de gestão, a primeira que opta em expansão dos espaços físicos com uma construção de uma historiografia oficial do município. Observando essa lógica foram inaugurados o Museu Histórico de Itajaí (1982), o Arquivo Histórico de Itajaí (1985) e o projeto do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí (2003), todas as três propostas de locais de salvaguarda da memória obedece os preceitos de museus e arquivos do século XIX, buscando uma identidade local pautado sobre os nomes de ilustres cidadãos da cidade de Itajaí. Mas ao mesmo tempo foram realizados concursos e investimentos públicos diretos para execução de projetos da instituição.

O segundo modelo de gestão optou a pela não expansão de novas unidades mas sim discutir os acervos contidos e buscando novas formas de interpretar o patrimônio, principalmente pela vertente da história oral, bem como o crescimento de recursos públicos diretos para a Fundação Genésio Miranda Lins. Mesmo assim nesse período não ocorreram concursos e os investimentos ficaram relegados a ações de cunho imaterial e de divulgação do patrimônio municipal.

Observando os dois modelos, a estrutura administrativa de ambas aumenta, na primeira poucos cargos políticos e o conselho que faz a tomada de decisões do órgão tendo os componentes mais da sociedade civil organizada e tendo um número menor de conselheiros da Prefeitura Municipal de Itajaí, já no segundo modelo esse caráter inverte, onde o órgão público cresce na sua representatividade diminuindo a sociedade civil.

Com a culminância desses dois modelos observa-se dois modelos ideológicos claros, o primeiro utilizando recursos públicos, mas tendo a decisão desses por entes privados e com recorte patrimonial para a vertente material, já o segundo possuindo recursos públicos mas buscando outras fontes de renda, tendo a decisão de controle da instituição tendo a maioria dos membros do conselho de gestores públicos com o recorte patrimonial para a vertente imaterial.

Discursos e interações – A Fundação Genésio Miranda Lins

A Fundação Genésio Miranda Lins foi a primeira proposta de política pública na cidade de Itajaí para museus, foi criada para ser a mantenedora do Museu Histórico de Itajaí, onde a partir dela surgiram outras unidades, Arquivo Histórico de Itajaí (atual Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins) e Museu Etno-Arqueológico de Itajaí.

Como primeira instituição que trabalhou com o patrimônio na cidade, as suas demandas estiveram entre os discursos públicos e privados, que foram diretamente relacionadas com a construção da política museal da cidade.

O discurso inicial do Museu Histórico de Itajaí estava centrado em preservar a memória local, das pessoas da cidade de Itajaí, mas que pessoas eram essas? Quais discursos perpassam por essa sociedade onde esses grupos sociais faziam parte? Foucault (1979, p. 39 e p. 40) auxilia nessa interpretação

Com forma de funcionar parcialmente distinta há as “sociedades de discurso”, cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras

estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. Um desses modelos arcaicos nos é dado pelos grupos rapsodos que possuíam o conhecimento dos poemas a recitar ou, eventualmente, a fazer variar e a transformar; mas esse conhecimento, embora tivesse por finalidade uma recitação de caráter ritual, era protegido, defendido e conservado em um grupo determinado, pelos exercícios de memória, muitas vezes bem complexos, que implicava; sua aprendizagem fazia estar mesmo tempo em um grupo e em um segredo que a recitação manifestava, mas não divulgava; entre a palavra e a escuta os papéis não podiam ser trocados.

É certo que não mais existem tais “sociedades de discurso”, com esse jogo ambíguo de segredo e de divulgação. Mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade

A Fundação Genésio Miranda Lins possuía no período de 1977 a 2004 o discurso das normas criadas pelo então Conselho Curador e que não possuía influência da Prefeitura Municipal de Itajaí, possuía um discurso de um grupo que se perpetuou durante esse período e passando pelas influências de diversos governos municipais (sendo eles ligados a linhas partidárias opostas), a pergunta que fica, era uma instituição pública?

A falta desse diálogo entre a Prefeitura Municipal de Itajaí e o Conselho Curador da Fundação Genésio Miranda Lins só começa a mudar a partir da década de 1990, essa aproximação fica demonstrada devido o aparecimento nos livros ata da instituição a menção de orçamento público para a Fundação Genésio Miranda Lins, fica a pergunta, quais foram os motivos para isso? Mesmo assim, a Fundação Genésio Miranda Lins tinha outros interesses, um deles era de se aproximar com a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Somente no final da década de 1990 e início do século XXI a Fundação Genésio Miranda Lins sofre o seu maior crescimento (criação do Centro de Documentação e Memória Histórica e a realização dos primeiros concursos), mas a grande fase seria a tentativa de implantação de mais um museu na cidade. Mas quais discursos perpassam a criação desse museu?

Somente no ano de 2005 aconteceu a primeira mudança administrativa da Fundação Genésio Miranda Lins, o novo Prefeito Municipal realiza diversas mudanças nos quadros políticos administrativos dentre eles a criação de uma superintendência e a migração de uma nova interpretação do patrimônio, indo da vertente material para a imaterial. Com isso, surge o Projeto Memória dos Bairros trazendo a tona outras falas da sociedade que o Museu Histórico de Itajaí até então não englobava. Observando isso, Foucault (2004, p. 170) demonstra esse discurso sobre o patrimônio.

Poder-se-ia dizer que existe um estranho paradoxo em querer agrupar em uma mesma categoria de saber dominado os conteúdos do conhecimento

histórico, metuculoso, erudito, exato e estes saberes locais, singulares, estes saberes das pessoas que são saberes sem senso comum e que foram deixados de lado, quando não foram efetivamente e explicitamente subordinados. Parece-me que de fato foi este acoplamento entre o saber sem vida da erudição e o saber desqualificado pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências que deu à crítica destes últimos anos sua força essencial.

Com essa maneira diferenciada de interpretar o patrimônio com uma nova estrutura administrativa a Fundação Genésio Miranda Lins ganha status de secretaria bem como de novas responsabilidades jurídicas e claro de novos discursos que serão inseridos nesse processo, novamente Foucault (2004, p. 70) auxilia nessa percepção.

Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aquele que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede.

Parece-me que a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, nos sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, “maldito”, acusado de subversão, de imoralidade, etc): em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente não elas eram percebidas.

Mesmo assim a Fundação Genésio Miranda Lins com uma nova formatação jurídica de deliberação e a presença de novos atores públicos na gestão dos museus da cidade, surge a aproximação com mecanismos internacionais para essa área, como a menção de certas ações em estatuto mencionando as ações de um discurso público mais democratizante.

Novas propostas de museus na cidade surgem como museus temáticos, mas de coleções privadas, mesmo assim foram incluídas a discussão de acessibilidade dos museus e principalmente de criar comissões para entrada de acervos no Museu Histórico de Itajaí. Mesmo assim o Museu Etno-Arqueológico que no período 2005 a 2008 foi chamado de Museu da Gente do Vale seria uma contra-proposta do patrimônio museal da cidade, mas que não foi aberto durante aquele período, mas quais foram os impedimentos?

Contudo, observando esses avanços e recuos a Fundação Genésio Miranda Lins nesse período humanizou o patrimônio, afastando de discursos construídos de locais inertes ou sem vida durante os anos de 2005 a 2008 dentre elas a valorização da memória das pessoas e principalmente demonstrando os saberes e fazeres locais.

Considerações

O presente artigo é apenas um ponto de partida para o questionamento sobre a formação de políticas públicas para a área de museus na cidade de Itajaí, observando claramente dois modelos de gestão distintos o primeiro que foi do ano de 1977 a 2005 e o segundo de 2005 a 2008.

Os modelos possuem diferenças que demonstram nos atos de formação de seus conselhos, no curador (1977 a 2005) a presença mínima do estado e no deliberativo (2005 a 2008) a presença do estado nas suas decisões. Contudo observa-se a falta de profissionalização dos museus, mesmo que o primeiro modelo de gestão tenha feito concursos, os mesmos não objetivaram profissionais diretamente ligados aos museus e sim arquivos e áreas correlatas a museus, já o segundo não foi cogitado o referido concurso.

Os museus da cidade não se constroem como sujeitos de desenvolvimento social ou memórias coletivas e sim como espaços onde foram colocados como discursos ideológicos e tendo o poder como pano de fundo.

Observando os anos que passaram e o desenvolvimento que a Fundação Genésio Miranda Lins efetivou, pode-se concluir que o mesmo órgão, criado para tratar da política pública municipal de memória local, alcançou êxito nas áreas em que possui profissionais habilitados nesse caso o Centro de Documentação e Memória Histórica. Nos museus, engatinhou conforme a maré política partidária e dos discursos contrários (no caso dos anos de 2005 a 2008), bem como os editais e patrocínios vindos das leis de incentivo à cultura.

Portanto, podemos identificar nos discursos de ambas gestões o interesse em criar e implantar museus na cidade. Na gestão 1977 a 2005 percebemos o interesse em dotar as unidades com funcionários e orçamentos. No seu oposto, observa-se o investimento nos saberes e fazeres sociais e democratização do acesso das pessoas ao museu, bem como uma aproximação dos organismos públicos municipais e federais na gestão 2005 a 2008.

Por fim consideramos que a cidade de Itajaí precisa formular uma política pública clara para área de museus ouvindo os diversos atores sociais. Que este processo represente um avanço no propósito de possuir museus e construí-los como representações sociais e não apenas de alguns grupos sociais; sendo a representação da cidade e das ações realizadas nela; ser proativo com ações que sejam favoráveis à comunidade, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável.

Bibliografia

D'ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Desenvolvimento Social/Comissão Municipal de Cultura, 1982.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

KONDER, Marcos. A Pequena Pátria. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Educação, 2003.

JACINTO, Elizete Maria. Museu Histórico de Itajaí: Criação, Memórias e Experiências em Educação e Participação Comunitária. (Década de 1970 – 2007). 2007. P. 98. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), História, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. Políticas Culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006). P. 168. Dissertação de Mestrado de Curso (Mestrado em Administração), Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos Santos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil Salvador: EDUFBA, 2007.

Periódicos:

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2000. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2000.

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2001. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2001.

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2002. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2004. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2004.

JORNAL DO MUNICÍPIO. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, ano VIII, Ed. Nº 515 pág. 15, 2007.

JORNAL DO POVO. Itajaí: Itajaí, 24 de maio de 1975. P. 1.

JORNAL DO POVO. Itajaí, 05 de fevereiro de 1977. P. 5.

JORNAL DO POVO. Itajaí, 16 de julho de 1977. P. 16.